

Guerra e paz

Os debates sobre a construção do centro cívico em Brasília

Rafael A. Urano de Carvalho Frajndlich,
Alexandre Hector Benoit*

Resumo As discussões sobre o Centro Cívico da nova capital do Brasil remontam às comissões técnicas após o Relatório Belcher, em 1954, até a Praça dos Três Poderes, projetada por Oscar Niemeyer e Lucio Costa em 1957. Resta obscuro o estabelecimento de nexos entre a arquitetura da Praça Cívica e suas expectativas no meio político e na opinião pública. Ressente-se de textos acerca do confronto entre o recém-empossado presidente Juscelino Kubitschek e o marechal José Pessoa, então responsável pelo planejamento da cidade. Jornais de época e documentação primária demonstram essa disputa, qualificando o poder cultural de Kubitschek e esmiuçando como o corpo técnico de Pessoa e, depois, Niemeyer e Costa, formularam arquiteturas para a Praça Cívica da nova capital.

Palavras-chave: Brasília, Juscelino Kubitschek, Oscar Niemeyer.

Guerra y paz . Las discusiones sobre la construcción del centro cívico de Brasilia

Resumen Las discusiones sobre el centro cívico de la nueva capital de Brasil remontan a las comisiones técnicas desde el reporte Belcher en 1954 hasta la Plaza de los Tres Poderes diseñada por Oscar Niemeyer y Lucio Costa en 1957. Permanece oscuro el nexo entre la arquitectura de la plaza y el medio político. Destacase la ausencia de textos que detallen el confronto entre el presidente Juscelino Kubitschek y el mariscal José Pessoa, incumbente del planeamiento de la ciudad. La revisión bibliográfica de periódicos y documentación demuestran una disputa que ladea la obra de Oscar Niemeyer con pretensiones de poder cultural de Kubitschek mientras se detalla como el cuerpo técnico de Pessoa, Niemeyer y Costa desarrollaran distintas arquitecturas para la plaza.

Palabras clave: Brasília, Juscelino Kubitschek, Oscar Niemeyer.

War and Peace . The debates on building the Civic Center in Brasilia

Abstract The debates on the Civic Center of the new capital in Brazil go back to the technical commissions after the Belcher Report in 1954, until the Three Powers Plaza, designed by Oscar Niemeyer and Lucio Costa in 1957. It remains unclear the establishment of significance between the architecture of the Civic Plaza and its expectations in the political environment and in public opinion. It resents texts about the confrontation between the newly inaugurated president Juscelino Kubitschek and Marshal José Pessoa, then responsible for the city planning. Newspapers of the period and primary documentation have demonstrated this dispute, qualifying Kubitschek's cultural power and investigating how Pessoa's technical staff, Niemeyer and Costa had formulated architectures for the Civic Plaza of the capital.

Keywords: Brasilia, Juscelino Kubitschek, Oscar Niemeyer.

A construção da capital federal foi feita ao longo de décadas de discussão entre intelectuais, políticos, cientistas, técnicos e outros agentes. De 1956 a 1960, o canteiro de obras começou na gestão de Juscelino Kubitschek e cristalizou, entre palácios e superquadras, a própria persona do presidente como estadista e fundador.

Esse processo – nada linear – foi marcado por diferentes interesses. A jornada até o desenho e a construção da Praça dos Três Poderes em Brasília dependeu muito da paisagem política do período e suas súbitas transformações, que fizeram da capital um ponto de disputa contínua. Reunindo documentos oficiais disponíveis em arquivos, notas de jornais do período e alguns desenhos inéditos encontrados em uma edição francesa de *Guerra e Paz* dentro do acervo pessoal de Oscar Niemeyer, foi possível elaborar novas considerações e preparar uma nova narrativa acerca do Centro Cívico da nova capital e da constelação de imaginários que a alumiu.

Não há convenção acerca do momento em que uma cidade passa a ser funcional o suficiente para existir e, no caso de uma urbanização cheia de significados como a de uma capital, o Centro Cívico é espaço privilegiado, que precisava estar pronta para a inauguração da cidade, em abril de 1960. A Praça dos Três Poderes e sua exaustiva celebração anuvia a descontinuidade do empreendimento. No ano de 1956, o recém-empossado Juscelino Kubitschek tinha uma agenda própria para a nova capital que parecia fora de lugar. O presidente herdara uma sólida estrutura suprapartidária que já tinha um planejamento inicial a cargo da *Comissão de Planejamento da Construção e Mudança da Capital Federal* (CPCMCF), antiga *Comissão de Localização da Nova Capital* (CLNCF), estabelecida no governo Café Filho. O projeto urbano, já esboçado pela Comissão, estava em fase de contratação e a capital não se chamava Brasília, mas Vera Cruz.

Brasília ou Vera Cruz serviriam igualmente aos planos de Kubitschek. Mas o estilo próprio do presidente em conectar sua imagem a edifícios, músicas, discursos e outras expressões culturais explica sua vontade de diluir a comissão e reorganizar todo o processo:

A apropriação e utilização política do imaginário social só pode ser obtida se assegurada sua difusão e adaptação pelos mecanismos próprios de persuasão, pressão e inculcação de valores e crenças, notadamente a propaganda; entendida não somente no sentido usual, ligado à imprensa e à publicidade, mas, ainda, aquela que se infiltra em outros setores nas manifestações populares, nos rituais administrativos, no discurso político. Kubitschek soube não só tirar partido desse elemento inconsciente como também nele inculcar valores e crenças que, com o passar dos anos, agiram no sentido de transformá-lo em 'personagem simbólico'.¹

Se a Presidência era o ápice de uma carreira planejada a longo prazo em torno de imagens recorrentes, não é fortuito o envolvimento, de imediato, do seu arquiteto

* Rafael Augusto Urano de Carvalho Frajndlich é Arquiteto e Urbanista, Professor da Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, ORCID <<https://orcid.org/0000-0003-2378-5069>>. Alexandre Hector Benoit é Arquiteto e Urbanista, Professor da Escola da Cidade, ORCID <<https://orcid.org/0000-0003-1428-8407>>.

¹ SIMÕES, J.G. *Sirênico Canto. Juscelino Kubitschek e a construção de uma imagem*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p.12.

de preferência nos assuntos da nova capital. Oscar Niemeyer, desde 1940, tinha contratos promovidos por Kubitschek em todas as esferas de poder do político, desde a prefeitura de Belo Horizonte até o governo de Minas Gerais.

O político tinha clareza do aspecto ideológico necessário de fazer a capital como expressão espacial e simbólica de seu ideário político desenvolvimentista, que remontasse menos às missões e comissões anteriores do que ao seu próprio acervo de símbolos entre passado e presente moderno feito com seu arquiteto.

Em artigo sobre a Igreja de São Francisco de Assis, no conjunto da Pampulha, perfez-se aspectos da primeira associação de Kubitschek e Niemeyer, mostrando como foi resolvida por meio da observação atenta das tipologias das pequenas capelas feitas no território de Minas Gerais em meados do século XVIII, como meio de remontar não apenas à sua escala, mas a todo o gesto de fundação dos pequenos arraiais feitos em torno dessas edificações. “Intervir no presente como um contínuo ato de ‘fundação’, que libertasse suas ambições emancipatórias dos vícios e violências que marcam a história do Brasil.” ²

² BENOIT, A. FRAJNDLICH, R.U. “A extinta pureza: a Igreja da Pampulha e as capelas de Ouro Preto (Minas Gerais), in. *Oculum ensaios*, n.16, v. 2, 2019, p.297.

Em Diamantina, também Kubitschek e Niemeyer trabalharam em conjunto buscando colocar em pé de igualdade edifícios modernos, tecido e morfologia colonial, continuando a escala dos casarios com as novas edificações públicas. Regiani, em sua dissertação, mostra que o SPHAN, Kubitschek e Niemeyer estavam alinhados na cidade natal do futuro presidente. “A implantação decorosa dos prédios [*modernos*], além do ressaltado de visuais consagradas do arraial, consolida a existência de um percurso moderno na cidade, no qual o caminhante pode livremente percorrer os limites de tempos.” Nas conclusões, a pesquisadora observa que “reafirma-se o aspecto modelar do vilarejo mineiro como testemunha da associação entre ideologia, preservação histórica, pretensões modernizantes, governo e arquitetura.” ³

³ ESPIG REGIANI, L. *Diamantina e o percurso da arquitetura moderna: Lucio Costa, Juscelino Kubitschek - e Oscar Niemeyer. Dissertação de mestrado*. Campinas: Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, 2019, p.164.

Esses episódios mostram que o pensamento cultural, imagético e espacial de Kubitschek necessitava de simultaneidade, o que era alcançado pela associação com Oscar Niemeyer. Não fortuitamente, desde os primeiros movimentos de Kubitschek na Presidência, seu arquiteto esteve por perto, tanto na estratégia construtiva quanto na destrutiva.

Destruindo Vera Cruz: Do símbolo ao traçado urbano

⁴ Cf. TAVARES, J. *Op. Cit.* e NORONHA, I. “Brasília: panorama jurídico-histórico. Em torno da legislação fundadora de Brasília” in. *Brasília*, a.47, n.188, 2010, pp. 153-166.

A redemocratização de 1945 deu novo fôlego aos debates sobre a mudança da capital⁴. Em outubro de 1954, o presidente Café Filho tinha material para fazer a transição da fase de estudos para a de projeto urbano, especialmente após o Relatório Belcher, feito pela empresa norte-americana Donald J. Belcher & Associates para planejamento profissional do sítio da nova capital, tido como um marco definidor de sua posição final no mapa do Brasil.

Nomeou o Marechal José Pessoa para a CPCMCF, chefiando para um grupo já previamente constituído que possuía representatividade dentro dos ramos do governo, formando um quadro misto. Pessoa deixaria seu legado no avanço técnico da compreensão do terreno final pela aerofotogrametria, das demandas de abastecimento e das necessidades das obras e infraestrutura.

Segundo Luiz Castiglione, o marechal era “um empreendedor obstinado, um idealista, um homem de atitudes independentes e soberanas, com luz própria, no nível da racionalidade e com intensas paixões por suas ideias, no nível das emoções, como aquelas que poderiam dar a Brasília o codinome afetoso de Vera Cruz”⁵.

Em 9 de maio de 1955, a comissão vem a público por meio do marechal e dá à imprensa o nome da capital: Vera Cruz⁶. “Vera Cruz”, diria, “significa uma veneranda tradição de nossa pátria, envolve-nos carinhosamente sob o manto da fé, lembramos o primeiro nome dado ao nosso país”⁷.

Juscelino Kubitschek, por sua vez, estava naqueles meses diariamente na imprensa como candidato. Em 20 de maio o político comenta temas da nova capital: “Não discorda da tese, mas acha que são necessários de 10 a 15 anos para as obras preliminares de instalação de uma capital, motivo pelo qual nada pode prometer de concreto a respeito”⁸.

As declarações de Kubitschek punham em risco as pretensões de Pessoa: era preciso agilizar os trabalhos. O marechal submete seu projeto em setembro de 1955 para Café Filho. Nele, Vera Cruz qualificava questões correntes do urbanismo moderno, citando, inclusive, Le Corbusier. No relatório, Pessoa afirma que “tudo se processa no nosso plano segundo a expressão de Le Corbusier: deve-se separar o pedestre da ronda infernal dos automóveis que circulam livremente”⁹.

O arquiteto franco-suíço não era apenas uma referência. Dentro das ações de planejamento, a comissão visava “à vinda ao Rio de Janeiro do sr. Le Corbusier para aconselhar os arquitetos brasileiros, incumbidos do projeto, segundo suas ideias e sua capacidade artística, universalmente reconhecidas”¹⁰.

O contato com Le Corbusier estava em andamento: em junho de 1955, foi intensa a comunicação da embaixada com o escritório da *Rue de Sévres*:

*Meu desejo não é de estabelecer o plano para a Capital do Brasil, mas de ser encarregado da realização disso que se chama ‘o Plano Piloto’. O ‘Plano Piloto’ contém a expressão, por desenhos e textos, da ideia da ordem geral e particular que minha experiência permite de submeter a ocasião deste problema. O plano de urbanismo será obra dos arquitetos brasileiros.*¹¹

A sugestão daria a chancela internacional de um profissional de prestígio. O colunista Jayme Maurício, do *Correio da Manhã*, conseguiu apurar as negociações com o arquiteto estrangeiro. “Não será o caso do Instituto dos Arquitetos manifestar-se?”¹², pergunta Maurício.

Ignorando protestos, o marechal submeteu os planos técnicos prévios para aprovação de Café Filho. Em 12 de setembro, Café Filho oficializa a proposta, renomeando o grupo *Comissão de Localização da Nova Capital Federal* (CLNCF). Um dia após as eleições de outubro, José Pessoa voltava à imprensa buscando construir pontes com os gestores seguintes. Na matéria, destaca-se uma nova fase, na qual “todos os arquitetos e urbanistas de renome foram convidados para esse planejamento. Há, porém, duas ausências marcantes, a de Oscar Niemeyer, que se esquivou, alegando compromissos no exterior, e a de Lucio Costa, que apresentou também motivos ponderáveis”¹³.

⁵ CASTIGLIONE, L.H. “Brasília, codinome Vera Cruz: a comissão engenheira que fundou as bases da construção da nova capital”, in. *Veredas de Brasília. As expedições geográficas em busca de um sonho*. Brasília: IBGE, 2010, p.99.

⁶ Mudança da capital” in. *A noite*, 9 de maio de 1955, p.3.

⁷ “Chamar-se-ia Vera Cruz a nova capital do Brasil” in. *A noite*, 12 de maio de 1955, p.6.

⁸ “Definitiva a chapa Juscelino – Jango” in. *A noite*, 20 de maio de 1956, p.7.

⁹ *Relatório anual*, p.78.

¹⁰ *Idem*, p. 75.

¹¹ Correspondência de Le Corbusier para o Marechal José Pessoa, 24 de junho de 1955. *CPDOC FGV*, JP vp 1954.10.01 Rolo 2, fot. 417.

¹² “Le Corbusier no Brasil?” in. *Correio da Manhã*. 27 de agosto de 1956, p.12. Segundo a matéria, Corbusier foi indicado por Burle Marx e Reidy, mas é impossível verificar se de fato foram os intermediários nessa relação. É improvável, pois Corbusier já tinha projeto em andamento com a embaixada brasileira, por meio do projeto da Casa do Brasil em Paris, o que dispensava apresentações. Ademais, os dois arquitetos não compareceram às reuniões da Subcomissão, ficando de fora da nominata da equipe no relatório.

¹³ “Nova capital: metrópole sem par no mundo” in. *A noite*, 05 de outubro de 1955, p. 2.

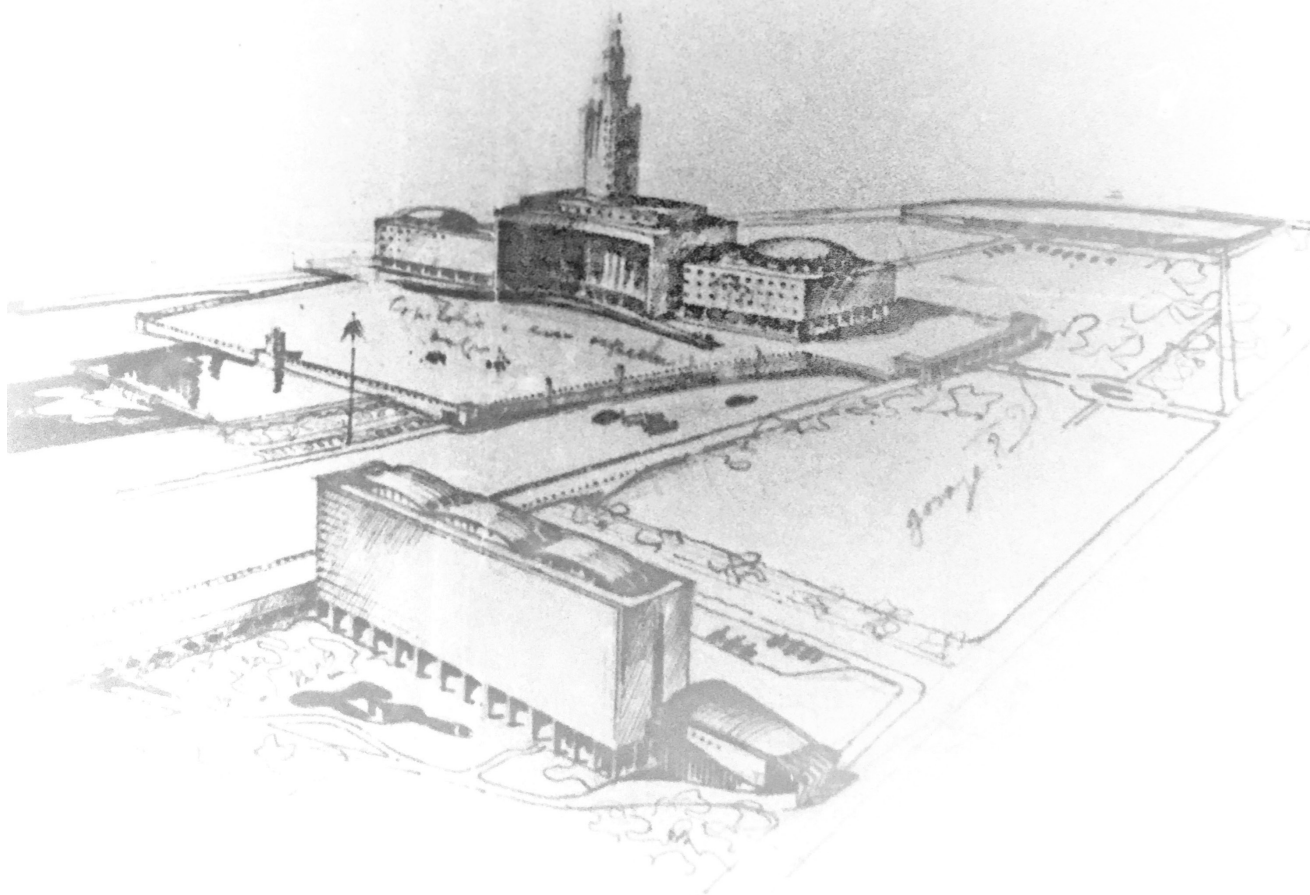


Figura 1: Croquis para o centro cívico de Vera Cruz feito dentro da comissão. Fonte: CPDOC FGV, Coleção José Pessoa.

14 “Os membros da Subcomissão de PLANEJAMENTO URBANÍSTICO, engenheiros Raul Penna Firme, Afonso Eduardo Reidy, José Oliveira Reis, Stelio de Moraes e Roberto Burle Marx, aceitaram o convite e se comprometeram a colaborar com esta Comissão, sem qualquer ônus para o governo. (...) A nossa deliberação foi comunicada a todos os membros da Subcomissão, mas só compareceram os engenheiros arquitetos Raul Penna Firme e José Oliveira Reis, embora mais de uma vez fosse solicitada a sua cooperação. Em vista disso, fomos obrigados a convidar o prof. Roberto Lacombe para ... continua na próxima página ...

A frase ‘todos os arquitetos e urbanistas de renome’, sem citar nomes, contrasta com as ausências de Niemeyer e Costa que se somavam às de Burle-Marx e Reidy – convidados para a comissão que nunca apareceram nas reuniões¹⁴ –, sugerindo que o círculo carioca organizado em torno da arquitetura moderna não estava engajado na efetivação de Vera Cruz.

Na imprensa, o marechal parece reagir a esse boicote, apresentando opiniões próprias sobre a forma da cidade e seu Centro Cívico: “Os edifícios públicos serão em estilo neoclássico, uma vez que não foram estimulantes as experiências, no Rio, de edifícios públicos em estilo veementemente moderno. As residências particulares apresentarão, porém, as últimas conquistas da moderna arquitetura brasileira”¹⁵ (figura 1).

Ao propor a mescla de um urbanismo moderno com estilos históricos, o general revelava uma compreensão superficial dos arquitetos modernos, como o próprio Corbusier. Somente um superficial gosto pela cultura francesa poderia reunir essas duas correntes inconciliáveis. Por outro lado, seria possível que a menção a Le Corbusier não passasse de um estratagema para impedir que Niemeyer assumisse a frente do projeto, seja pela sua ligação estreita com Kubitschek, um adversário político de Café Filho, seja mesmo a militância política do arquiteto junto ao PCB.

... continuação da nota 14 ...

integrar a Subcomissão, à qual prestou assinalados serviços, como os demais.” COMISSÃO DE COOPERAÇÃO PARA MUDANÇA DA CAPITAL FEDERAL. *Relatório anual da comissão de localização da Nova Capital Federal*. Brasília, 1955, p.074. Disponível em: <<https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/3123>>.

15 “Nova capital: metrópole sem par no mundo” in. *A noite*, 5 de outubro de 1955, p. 2.

16 “Despachará o sr. Juscelino Kubitschek na nova capital” in. *A noite*, 9 de dezembro de 1955, p. 3.

17 Correspondência de Oscar Niemeyer ao Marechal José Pessoa, circa janeiro de 1956. *CPDOC FGV*, JP vp 1954.10.01 Rolo 4, fot. 26.

18 Correspondência do Marechal José Pessoa a Oscar Niemeyer”, 26 de janeiro de 1956. *CPDOC FGV*, JP vp 1954.10.01 Rolo 4, fot. 27-9.

19 Correspondência do Marechal José Pessoa ao General Nelson de Mello, fevereiro de 1956. *CPDOC FGV*, JP vp 1954.10.01 Rolo 5, p.6.

20 “Urgência para a nova capital. Mantido na chefia do planejamento o marechal José Pessoa” in. *A Noite*, 6 de fevereiro de 1956, p.5.

Fato é que no fim de 1955, foram eleitos Kubitschek e João Goulart. Em dezembro, uma nota sai na imprensa: Kubitschek disse que pensava em despachar duas vezes por semana já no terreno da nova capital ¹⁶.

Em 1956, começa a sua gestão e, com ela, a destruição de Vera Cruz. O marechal chama Oscar Niemeyer para conversar sobre a nova capital, sugerindo uma primeira interferência do novo presidente. Desta vez, o arquiteto comparece e lhe manda uma carta logo no mesmo dia, expressando sua “convicção favorável à sua ideia de entregar o planejamento da nova capital a técnicos brasileiros”. Sobre a parte prática, acrescenta: “quanto ao seu convite para participar desse trabalho, devo dizer-lhe que em princípio estou de acordo, dependendo apenas de estabelecermos novo entendimento sobre o assunto” ¹⁷.

Daqui por diante, o marechal poderia ter trabalhado para dar sobrevida à sua posição e ter com o novo presidente em bons termos, mas a resposta para Niemeyer mostra que ele antevia seu afastamento:

“Conforme tive oportunidade de lhe revelar durante nossa conversa – e a todos tenho repetido –, é meu pensamento propor ao governo a seleção de uma equipe de técnicos brasileiros, enviando-os ao estrangeiro para um curso de aperfeiçoamento, particularmente sobre urbanismo, engenharia de tráfego e urbanismo.” Não é possível que o Brasil se contente em viver neste regime de autodidatas, tratando-se de assunto de tanta relevância como é o de planejamento de novas cidades. Urge trazer para o nosso país os conhecimentos de povos mais adiantados, pois ficar como estamos é um paradoxo ao esforço que, nesse sentido, já fizemos no campo da arquitetura”.¹⁸

Pessoa insistia no fechamento do contrato com Le Corbusier. Em fevereiro, remete ofício para Nelson de Mello, chefe do gabinete militar para que a Presidência autorize aceitar a proposta do arquiteto franco-suíço¹⁹. Não existe data precisa do documento ou se ele foi, de fato, expedido, mas é certo que naquele mês estaria o marechal cara a cara com Kubitschek. Sua carta de demissão, noticiada nos jornais, foi juntamente com o militar.

Kubitschek, no entanto, recusa a saída de Pessoa²⁰. Os jornais relatam que o marechal passou ao presidente um “volumoso dossier” com todas as informações até então disponíveis sobre a nova capital. O presidente reúne as informações e faz o próprio Pessoa antecipar na imprensa a ideia de que “a comissão fosse transformada em autarquia”, lançando a semente da NOVACAP. O trabalho continuaria por mais um tempo e algumas resoluções foram firmadas entre Pessoa e Kubitschek, como a ausência de indústrias e a difícil discussão sobre cidades satélites.

Em abril, Kubitschek submete à Câmara dos deputados o Projeto de Lei nº 1.234/1956, que dispõe sobre a mudança da nova capital e outras providências. Ali a ideia de autarquia ganha corpo com uma diretoria e conselho, todos indicados pelo presidente.

Kubitschek dava mensagens truncadas em suas entrevistas, sugerindo que poderia mudar resoluções que eram pétreas naquele momento, até mesmo considerando a mudança de terreno. O IAB mobilizava-se em favor do presidente e começa uma

articulação de arquitetos modernos contra os interesses de Pessoa. Monta-se uma comissão especial, que tinha Niemeyer e Reidy como membros, para se dirigir diretamente ao presidente da República, dando opiniões reativas às “declarações repetidas e contraditórias do presidente da CLNCF e disposta a lutar por um concurso público apenas para brasileiros”²¹.

²¹ “O IAB e a nova capital” in. *Acrópole*, n.26, 1956, sp.

No dia 10 de maio de 1956, uma longa entrevista com Pessoa é publicada no *Semanário*. Finalmente, são divulgadas imagens e compromissos urbanísticos do que seria a cidade imaginada pelo marechal. Ali, aparece pela primeira vez para o público o esboço da subcomissão feito em 1955 (figura 2). O desenho falava mais do que qualquer palavra de Pessoa. Seu apelo ao profissional franco-suíço, ou seu chamado a arquitetos modernos, desmanchava-se diante do caráter estilístico das ilustrações.

Vera Cruz teria quadras de um quilômetro de extensão e um núcleo cívico resolvido no coração da capital. A avenida principal, com 126 metros, apelidada de “caniço de pesca”, definia uma praça conformada por um perímetro delimitado por prédios públicos com um palácio sólido no centro. Pode-se dizer que o traçado em grelha teria um apelo funcional atemporal, mas o Centro Cívico em si guardava aquela expressão horizontal e simétrica dos projetos urbanos da *Beaux-arts*.

Figura 2: Edição do Correo da Manhã com o traçado da nova capital. Fonte: *Semanário*, ano 01, n.6, p.4. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

PÁGINA 4

FUNCIONARIOS QUEREM IR PARA O PLANALTO GOIANO

- * Mas não acreditam muito que a capital vá
- * Juscelino queria comprar palacio pré-fabricado no Paraná
- * Novo Distrito Federal: 940 km do Rio, avenida de 126 metros de largura, repartições independentes
- * Muito patriotismo e um caniço de pesca

Reportagem de MARIA AMALIA GUILHERME

A futura capital do Brasil ainda não está batizada, mas sua pedra fundamental talvez seja lançada ainda este ano. A Comissão de Planejamento da Construção e Mudança da Capital Federal, presidida pelo marechal José Pessoa, tem 13 subcomissões, todas trabalhando intensamente. Técnicos estudam todas as possibilidades, empenhando-se em resolver todos os problemas.

A cidade constará de duas áreas distintas: o sítio da capital, com mil quilômetros, e, à volta, ocupando 5.860 quilômetros quadrados, o novo Distrito Federal.

Embora adiantados os estudos da transferência, o presidente Juscelino Kubitschek está processando uma reforma geral na Comissão de Planejamento, não se podendo afirmar sejam definitivas as conclusões atuais.

No planalto de Goiás, a capital ficará numa altitude média de 1.200 metros, a três horas de voo do Rio e a 940 quilômetros de distancia. O sr. Kubitschek chegou mesmo a pensar em mandar buscar, no Paraná, uma casa de madeira, pré-fabricada, para a instalação provisória do palacio presidencial no planalto. Mas, como seu entusiasmo não chegasse ao ponto de convertê-lo em eremita, preferiu, por enquanto, o Palácio das Laranjeiras.

— “Sim, com entusiasmo patriótico, vendo nessa mudança a salvação do Brasil e do próprio Rio, que, com isso, receberá o alívio correspondente ao de uma sangria num apoplectico.

“A parte sentimental deve ser colocada em segundo plano. Já é tempo de exigir do funcionalismo o melhor de sua capacidade.

— “Sou apologistas da mudança.



Plano-piloto da futura capital do país, no planalto goiano

foi o sr. Isaac Brown, secretário da Presidência: — “Sou apologistas da mudança.

Martins, tivemos estas declarações: mas não acredito na sua realização. Gostaria de ir.”

Dois dias depois, *A Noite* vem expor a frustração da opinião pública com o que a perspectiva da nova capital oferecia. “Os croquis da Comissão de Planejamento... nos mostram o espírito do ‘new classic’ de Washington. Senhores meus, em um país cujo presidente é o animador da arquitetura moderna, como podem surgir croquis que, datados de 1890, já seriam atrasados?” O apelo de Ariel dirige-se ao presidente e ao Instituto de Arquitetos: “Nós temos um Lucio Costa e nós temos um Niemeyer!”²²

²² “A nova capital” in. *A Noite*, 12 de maio de 1956, p. 3.

No segundo caderno, Flávio de Aquino usa a expressão “monstrengo” ao se referir aos desenhos, ponderando que: “Ainda que pareça incrível, justamente no Brasil, onde a arquitetura moderna alcançou nome universal, projetam-se em estilo (?) neoclássico os seus edifícios e em monótono e antiquado enxadrezado plano da cidade”²³.

²³ “Os Projetos da Nova Capital” in. *A Noite*, 12 de maio de 1956, seg. cad. p.2.

A divulgação dos desenhos teve dupla função: a primeira era desmanchar a reputação do marechal nos círculos letrados. A segunda era pôr em evidência a expectativa velada de que a nova capital apresentasse não só estudos e tarefas, mas imagens sedutoras de uma metrópole que tinha a pretensão de substituir o Rio de Janeiro e sua pulsante vida metropolitana. Os artigos do *A Noite* clamam pela arquitetura moderna em uma década na qual Reidy e Portinho concluíram a construção do Pedregulho, São Paulo fizera a exposição do IV Centenário, as faculdades de Arquitetura e institutos de arquitetos dos diretórios ao redor do Brasil direcionavam seus estatutos em torno de uma arquitetura moderna brasileira que já tinha se espalhado pelo país. Como Brasília daria expressão a tudo isso? Existia a dificuldade matricial de resolver a inserção de novos símbolos no coração do Cerrado, um lugar tido como isolado, sinalizador de um desbravamento pioneiro que, por si, não bastaria para mobilizar uma mudança drástica das figuras de poder no país. A matéria do *Semanário*, que entrevista funcionários públicos que terão de se mudar para Brasília, termina com uma piada em dois versos do humorista Alvaro Armando:

“Vai, vai, meu amor...”

Vai, que depois eu vou...”²⁴

²⁴ “Funcionários querem ir para o planalto goiano” in. *O semanário* ano 1, n.6, p.4.

O marechal reuniu-se, no fim de maio, com representantes do IAB. Reportando a Kubitschek, apresenta duas opções: uma de manter o eminente arquiteto estrangeiro e outra seguindo as diretrizes do IAB²⁵.

²⁵ Correspondência do Marechal José Pessoa ao Presidente Juscelino Kubitschek. 21 de maio de 1956. *CPDOC FGV*, JP vp 1954.10.01.

Com a escolha da segunda proposta, sem Corbusier, prédios ecléticos e autonomia para construir a nova capital, José Pessoa demite-se de forma irrevogável em 4 de junho de 1956. Kubitschek aceita. Cinco dias depois, 9 de junho, no *Correio da Manhã*, Jayme Maurício cobre um encontro de arquitetos no IAB debatendo estratégias para um concurso urbanístico para o plano da nova capital feito totalmente por brasileiros (figura 3).²⁶

²⁶ “Dirige-se o Instituto de Arquitetos ao sr. Kubitschek” in. *Correio da Manhã*, 9 de junho de 1956 sp.

Em 19 de setembro de 1956, após trâmite na Câmara e no Senado, o PL1.234/1956 é aprovado e se torna a Lei nº 2.874, abrindo o caminho para a NOVACAP. Por iniciativa do deputado amazonense Pereira da Silva, é acrescentado à lei durante sua passagem nas câmaras o artigo 33º, pelo qual: “É dado o nome de ‘Brasília’ à nova capital federal”²⁷.

²⁷ NORONHA, “Brasília: panorama jurídico-histórico” *Op. Cit.* p. 165.

CORREIO DA MANHÃ, Sábado, 9 de Junho de 1956

ITINERÁRIO DAS ARTES PLÁSTICAS

Jayme Maurício

A mudança da capital

DIRIGE-SE O INSTITUTO DE ARQUITETOS AO SR. KUBITSCHKEK



Preocupam-se os arquitetos com o planejamento da futura capital, e discutem entre si, tomando medidas objetivas. Ary Garcia Rosa discute detalhes com Jorge Moreira, enquanto Oscar Niemeyer (no centro), olhos fechados, cochila ou medita

O sr. Ary Garcia Roza, presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil, em nome daquela associação de classe, enviou ofício ao sr. Juscelino Kubitschek focalizando os estudos para a mudança da capital da República e o ponto de vista dos arquitetos brasileiros através do seu órgão representativo a respeito dessa parte do texto da Constituição. Frisando que da

cessária;

b) da elaboração de um esquema de Plano Regional para a área da nova Capital e do estabelecimento — das diretrizes para o Plano de Urbanização da mesma, integradas de modo a que se obtenha o equilíbrio TERRITÓRIO — POPULAÇÃO — ECONOMIA;

Figura 3: Niemeyer e colegas do IAB debatem a escolha do projeto da futura capital, logo depois da saída do Marechal José Pessoa. Fonte: Correio da Manhã, 9 de junho de 1956. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Finda Vera Cruz, Brasília herdava desde o concurso acordado com o IAB até a necessidade de inspirar confiança na sede de governo distante do Rio de Janeiro que unisse o Brasil em torno de um local considerado prístino de construções metropolitanas. Kubitschek e Niemeyer tinham experiência em criar imagens, espaços e locais imediatamente relacionados a horizontes de progresso.

Construindo Brasília: Da praça ao traçado

Niemeyer foi contratado pela NOVACAP no dia 09 de outubro de 1956²⁸. Diferentemente de Vera Cruz, que veio com um traçado e depois pensaram-se nos edifícios, decidiu-se iniciar Brasília pela configuração de seus edifícios no Centro Cívico. Não bastaria planejar Brasília: era preciso, rapidamente, apresentar sua imagem e isso caberia à arquitetura de Niemeyer.

²⁸ "Relação do critério de pontos para distribuição das residências" in. *Arquivo Público do Distrito Federal*, BRARPDF Nov. 5. D1, caixa 05/12, p. 9.

Os desenhos e maquete publicados na *Módulo*, revista de Niemeyer em 1956, mostram o palácio e a residência presidencial, um hotel e uma igreja rodeada de palmeiras, interligados por caminhos sinuosos (figura 4).

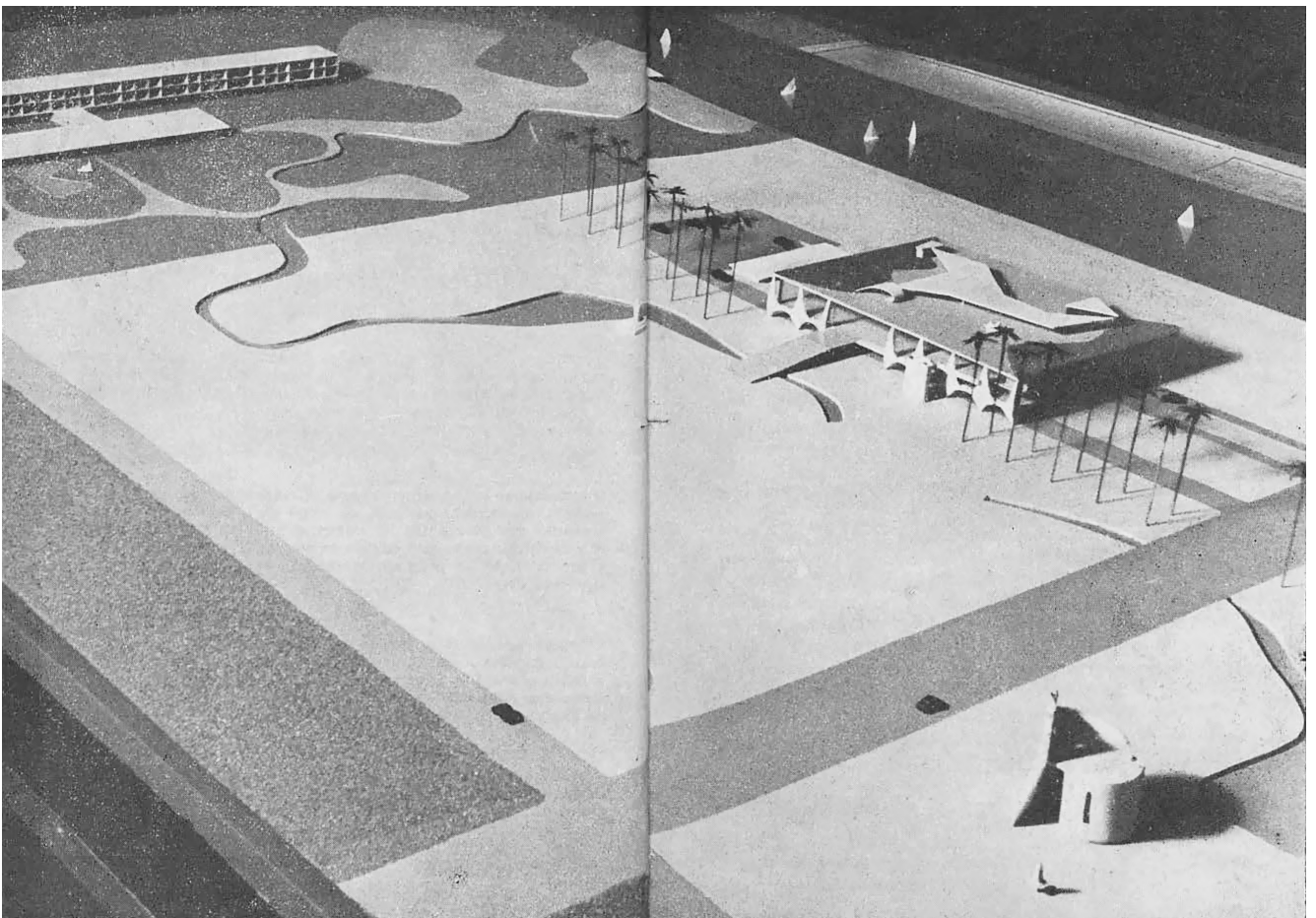
Outros edifícios cívicos, como as câmaras legislativas e o Judiciário, não são definidos. Na matéria o arquiteto explica os programas:

*O hotel compreenderá cerca de 300 quartos e terá todo o conforto moderno, como amplos salões, restaurantes, salas de estar e pontos de diversões. A residência oficial, que terá caráter definitivo, será a residência efetiva do Presidente da República, tendo sido projetada tomando-se em conta esta circunstância. O palácio será constituído por amplos salões envidraçados, com divisões facilmente removíveis, de forma a poder servir a outros fins, caso se torne necessário. Além dessas construções, como foi dito, está prevista a edificação de uma igreja, segundo a tradição de todas as cidades do Brasil.*²⁹

²⁹ "Oscar Niemeyer fala sobre a nova capital do Brasil. Entrevista com José Guilherme Mendes" in. *Módulo*, n.3, 1956, p.12.

Figura 4: Centro cívico de Brasília antes da definição do concurso para o plano piloto. Fonte: *Revista Brasília* n.01, janeiro de 1957.

Niemeyer refere-se à "tradição de todas as cidades do Brasil". Em sua descrição, ele não chega a citar uma "praça", descrevendo os edifícios como um conjunto solto em meio à borda da lagoa.



³⁰ Em mais de uma ocasião discutiu-se a fragilidade da ocupação portuguesa do território se comparada ao modelo espanhol, diferença tão bem sintetizada na oposição semeador / ladrihador, Cf. BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006 [1936], p110.

³¹ Mesmo nos assentamentos rurais mais primitivos, como testemunha o Sítio Santo Antônio, no interior de São Paulo, o programa amparava-se nestes três pontos: morada, hospedagem e capela. Ver SAIA, Luís. *Morada paulista*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

³² “Contrato de execução de obras por administração entre a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP – e a construtora Rabello S.A., firmado em 20 de dezembro de 1956, para a construção de uma estação provisória do aeroporto, da capela e outros”. In. *Arquivo Público do Distrito Federal*, BRARPDF Nov. B9, caixa 233, dossiê 01.

³³ SILVA, E.G. Os palácios originais de Brasília. *Tese de doutorado*. Brasília: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, 2012.

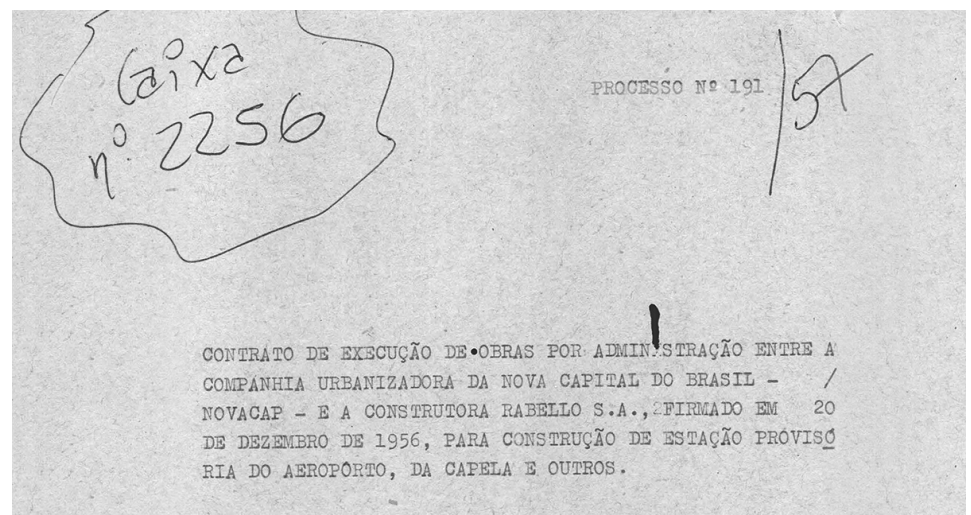
Figura 5: Contrato de obras firmado pela NOVACAP para edifícios públicos, anterior ao projeto do plano piloto definido em concurso. Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal.

Deixando de lado a escala da proposta e a geometrização dos edifícios, podemos observar um estreito diálogo com formas históricas. Se Vera Cruz parodiava o Rio de Janeiro do princípio do século XX e suas pretensões haussmanianas, essa primeira Brasília conformava uma difusa releitura da tradição colonial entre o meio urbano e o rural. Mais do que simples retórica discursiva, operava-se a busca de um lastro que conferisse especificidade a essa arquitetura. Seguindo a tradição colonial portuguesa, tais conjuntos urbanos eram feitos, conforme análise clássica de Sérgio Buarque, sem um plano prévio, resultantes de uma ocupação espontânea, com as construções soltas e polvilhadas no território.³⁰ Esse modelo involuntário perduraria, produzindo a partir de largos, adros de igrejas e avarandados de mercados, os primeiros arraiais, vilas e até cidades – esquema que poderia estar subjacente ao desenho do arquiteto.

A escolha dos programas, dispostos em meio a um ambiente não urbano (um jardim sinuoso, um parque), permite também entrever o esquema das construções rurais da antiga colônia, com a articulação do espaço a partir da hospedagem (hotel), capela (igreja) e morada (palácio presidencial).³¹

Nos arquivos do Distrito Federal está registrado que, desde cedo, uma igreja seria necessária como gesto originário, reforçando que tal ideário encontrava respaldo também para fora dos círculos de arquitetos, selando a relação do Estado com a Igreja Católica. Em 20 de dezembro de 1956, com o sítio, companhia e pessoal definidos, o primeiro contrato de construção permanente definia um escopo “para construção de estação provisória do aeroporto, da capela e outros”³² (figura 5). O documento prevê resolver os programas dessa primeira praça, à revelia do concurso em curso.

Elcio Gomes Silva analisou como o palácio presidencial e seus pilares antecipam o raciocínio do que se tornaria o Palácio da Alvorada – descartando-se o primeiro desenho da residência apresentada em outubro na *Módulo* e aproveitando os princípios do prédio executivo³³. A capela feita com a planta em caracol que aparece na maquete publicada na *Módulo* tem semelhanças com outra, publicada três meses antes, no segundo livro de Papadaki sobre Niemeyer, *Oscar Niemeyer Work in Progress*, sob o nome “*Project for a chapel*”³⁴. Ali, a igreja é apresentada isolada, sem localização específica ou menção a Brasília.



³⁴ PAPADAKI, S. *Oscar Niemeyer: Work in Progress*. Nova York: Reinhold, 1956, p.116.

A capela de Papadaki e da Módulo são semelhantes àquela que hoje está ao lado do Palácio da Alvorada, cujos desenhos seriam divulgados em fevereiro de 1957. Edificação autônoma, pensada dentro do contexto dos anos 1955 e 1956, no qual Niemeyer transitava pelo círculo de Kubitschek ainda fazendo desenhos e projetos fragmentados – como o do Catetinho –, que depois achariam o seu devido lugar no processo da capital. Entre concursos, maquetes iniciais e desenhos esparsos, a igreja em caracol é sempre parte de um mesmo processo que encontrou seu caminho como anexo do Palácio da Alvorada.

A “capela” mencionada no contrato seria aquela, priorizada em detrimento de prédios administrativos como do Legislativo e do Judiciário reservados ao concurso, dando a ela um senso de prioridade entre os primeiros componentes pensados para a Praça Cívica. Sua função era também prática: celebrar a primeira missa para consagrar a nova capital. Nas memórias de Kubitschek, ele conecta o ato de construir a nova Capital com a Igreja da Pampulha, feita por Niemeyer anos antes, em 1945: “Se contratemos ocorrerem em Belo Horizonte, com uma humilde, mas linda, pequena igreja, o que me esperaria, então, quando eu promovesse a construção de Brasília?” De acordo com os planos do presidente, a sagração da capital seria por volta da última semana de janeiro – o que não ocorreria³⁵. Brasília deveria ter, rapidamente, um prédio religioso no meio da sua Praça Cívica, fazendo convergir o interesse de JK com o partido urbanístico de Niemeyer.

³⁵ “[Kubitschek] revelou que no próximo dia 28 do corrente será rezada a missa oficial em Brasília, de ação de graças pela passagem do primeiro aniversário do Governo”. “Em vez de pousar em Aragarças, o avião presidencial desceu em Goiânia” in. *Correio da Manhã*, 04 de janeiro de 1957, p. 1.

Porém, essa capela não foi realizada nesses termos. Em fevereiro, estava em projeto a tenda provisória que serviria como posto da cerimônia de sagração e, em março, o resultado do concurso vai modificar os planos de uma praça nos termos em que foi pensada essa primeira ocupação. Lucio Costa saiu vencedor, após um certame que mobilizou os arquitetos brasileiros em franco contraste com as iniciativas feitas pela comissão chefiada por Pessoa³⁶.

³⁶ Cf. TAVARES, J. *Op. cit.* BRAGA, Milton. O concurso de Brasília: os sete projetos premiados. *Dissertação de mestrado*. São Paulo: FAUUSP, 1999. Para considerações sobre o projeto de Lucio Costa e a noção dos CIAMs sobre centros cívicos: MARTINS, L.P. FRAJNDLICH, R.U. “Urbs e civitas: Lucio Costa e a democracia no projeto de Brasília” in. *Cadernos Proarq* n.27, pp.31-49.

Em sua proposta, Costa posiciona o palácio presidencial junto das Câmaras Legislativas e a Suprema Corte, criando a Praça dos Três Poderes, finalizada por Niemeyer. Desenhos do processo de projeto da praça foram publicados por Júlio Katinsky³⁷ e Silva, mostrando o processo de solução dos palácios cívicos que resultaram, eventualmente, na versão construída, com o Congresso e o Senado rebaixados em relação à cota da praça, suas câmaras sobressaindo-se em duas cúpulas, configurando o espaço livre junto à Suprema Corte e ao Palácio do Planalto (figura 6).

³⁷ SILVA, E.G. *Op. Cit.*; KATINSKY, Júlio R. Leituras de arquitetura, viagens, projetos. 1989. *Tese de Livre Docência*. São Paulo: FAUUSP, 1989.

Um documento inédito aponta para a existência de uma etapa intermediária, até hoje ignorada, entre os desenhos de 1956 e 1957. Na biblioteca pessoal do arquiteto existe uma tradução francesa do clássico de Tolstói *Guerra e Paz*, de 1955. Nas primeiras páginas do livro, três desenhos a lápis da Praça dos Três Poderes representam estudos para uma solução anterior àquele processo publicado por Katinsky e Silva (figuras 7, 8 e 9).

O livro tem o selo dos Aeroportos Santos-Dumont e Galeão. Seu voo foi, provavelmente, em direção a Brasília: não existem em suas memórias idas para fora do país entre 1957 e 1960. E seus outros contratos em andamento fora do Rio de Janeiro e Brasília eram concentrados em Belo Horizonte e São Paulo, cidades mais próximas e com estradas disponíveis. A ponte aérea entre Rio e São Paulo só seria inaugurada em 1959.

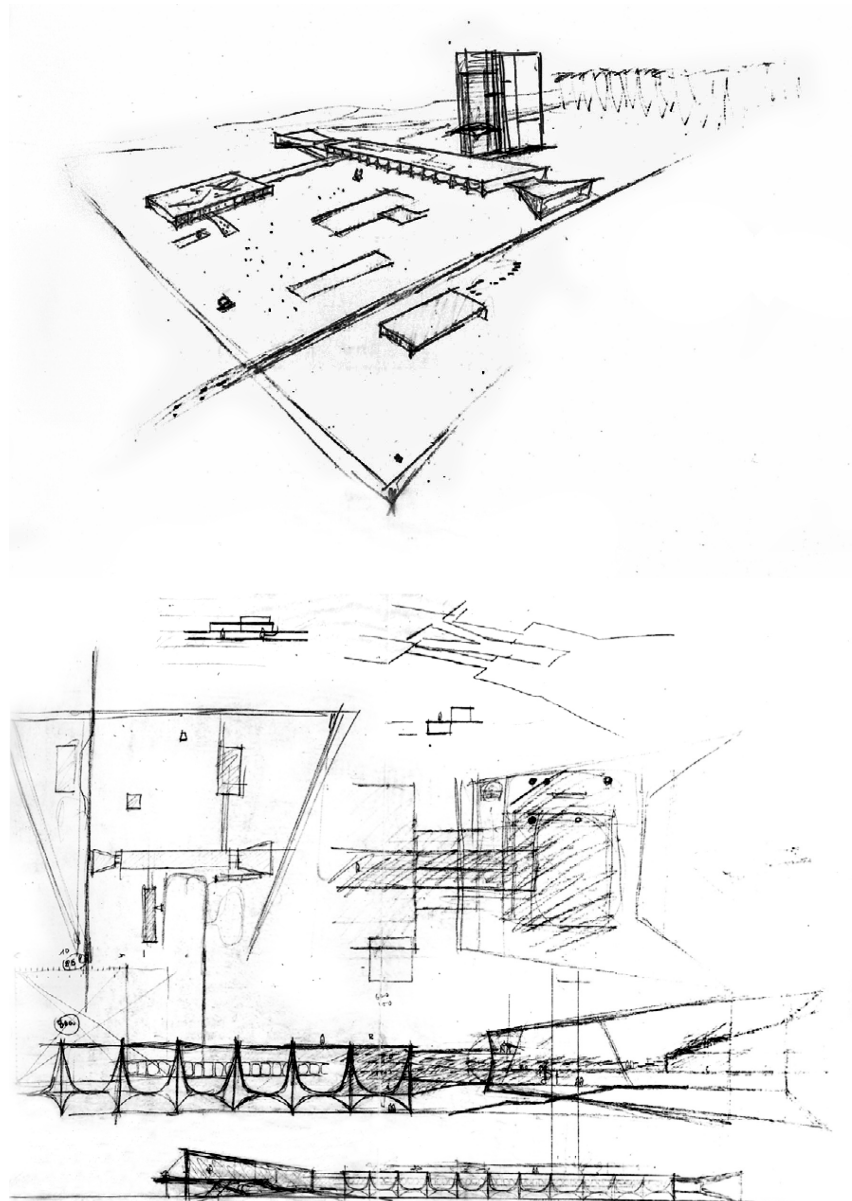


Figura 6: Croquis de estudo para o Congresso Nacional e Praça dos Três Poderes. Fonte: SILVA, E.G. Os palácios originais de Brasília. *Tese de doutorado*. Brasília: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, 2012.

Os desenhos podem ser associados com os outros já conhecidos: Niemeyer esforça-se para reconciliar o sistema de colunas curvas pensado em 1956 com o plano de Costa, mas o campo indeterminado de um parque ganha a forma precisa da praça triangular próxima ao Paranoá. É possível ver que o terreno já é o proposto para a praça no famoso plano do avião, com um corpo estranho: uma grande igreja.

O templo não aparece em nenhum outro croqui conhecido da praça, denotando maior similaridade com a proposta de Niemeyer feita antes do concurso. A igreja é circular, em formato de uma cúpula invertida. Os croquis de *Guerra e Paz* mostram um edifício religioso fora do triângulo que conformava os palácios dos Três Poderes.

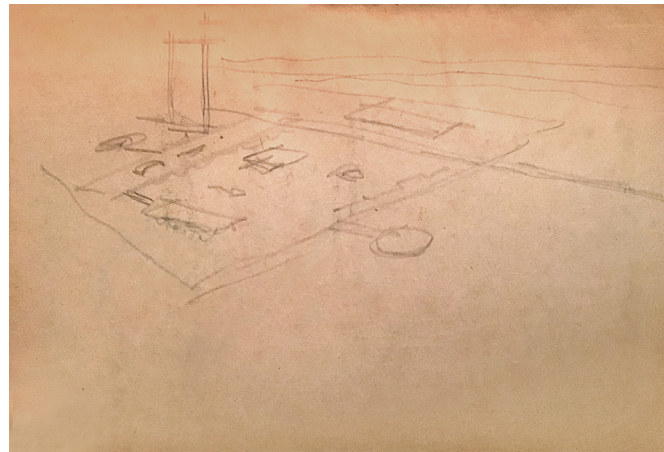
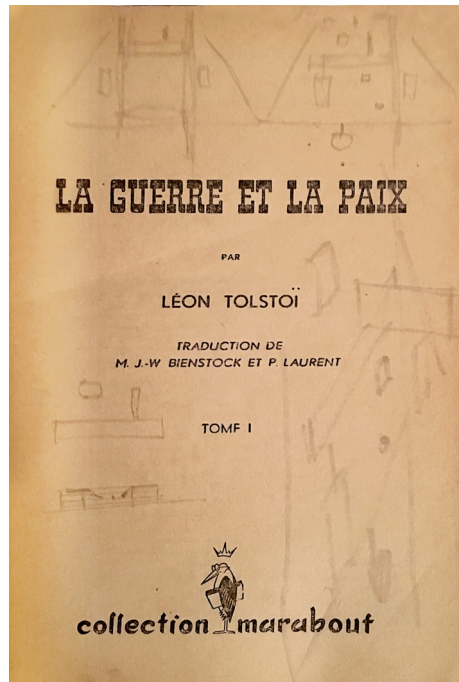


Figura 7: Croquis de Guerra e Paz 01. Fonte: Fundação Oscar Niemeyer. © Niemeyer, Oscar/AUTVIS, Brasil, 2021.

Figura 8: Croquis de Guerra e Paz 02. Fonte: Fundação Oscar Niemeyer. © Niemeyer, Oscar/AUTVIS, Brasil, 2021.

Figura 9: Croquis de Guerra e Paz 03. Fonte: Fundação Oscar Niemeyer. © Niemeyer, Oscar/AUTVIS, Brasil, 2021.

O edifício ampara-se na solução de paredes inclinadas que tracionam a cobertura. São desenhos rápidos a lápis, mas é nítido que ele se conecta com a Câmara Legislativa que viria depois e com a importante experiência do Museu de Caracas de 1954.

A documentação disponível sobre o contrato da capela e despachos e decretos presidenciais, mais o contexto geral de debates sobre a nova capital, sugerem a possibilidade de que os croquis de *Guerra e Paz* demonstrem a persistência da necessidade da localização de um edifício religioso – seja capela, seja catedral – perto da parte cívica, contrariando o indicado no Plano Piloto de Lucio Costa. Se existia uma capela pessoal para o presidente no Palácio da Alvorada, uma estrutura de dimensão metropolitana deveria estar disponível para o público no coração do Centro Cívico.

A ideia de uma igreja na Praça dos Três Poderes durou talvez o tempo de um voo entre o Rio de Janeiro e Brasília, mas é lícito perguntar: por que não foi feita uma igreja na Praça dos Três Poderes? A praça de Lucio Costa seguia, afinal, o mesmo partido reverenciador da “tradição de todas as cidades do Brasil”? Parece provável a hipótese de que seu abandono e a transformação do parque em praça cívica signifiquem um salto na concepção do elo entre arquitetura moderna e a nova capital. As informações documentais incentivam, sensivelmente, essa interpretação.

O croqui do Guerra e Paz é feito em março de 1957. No mês seguinte, Lucio Costa viaja pela primeira vez ao sítio da nova capital. De acordo com a síntese cronológica oficial: “Depois do almoço, o presidente da República conversou longamente com o arquiteto Lucio Costa sobre aspectos fundamentais do plano para a nova capital”³⁸.

Lucio Costa tinha opiniões secularizadas sobre a posição da igreja em seu Plano Piloto. A catedral estava posicionada na periferia dos edifícios governamentais em uma “praça autônoma”, pois “a Igreja é separada do Estado”³⁹, ao passo que o “Centro Cívico” figurava como o espaço democrático por excelência, o ponto convergente da *civitas*, lugar onde os cidadãos exercem a política, daí a simbologia dos Três Poderes em equilíbrio. O conteúdo da conversa entre Kubitschek e Costa é desconhecido, ausente das memórias, tanto do presidente quanto do urbanista. Sabe-se, no entanto, que os passos dos meses seguintes, seja nos croquis de Niemeyer, seja nas ações oficiais, não possuem menções à igreja na Praça dos Três Poderes.

Niemeyer e Costa entram no projeto em momentos distintos, o que permite ver a dupla, não com a coesa complementaridade que a historiografia geralmente lhes estabelece, mas com diferenciações no entendimento do que seria esse capítulo máximo da associação entre Estado e vanguardas no Brasil. Em seus discursos e memórias, Kubitschek enfatiza o vínculo entre tradição e progresso, em uma chave conveniente aos arquitetos do país. Niemeyer, conforme vimos, seguiria caminho similar em sua solução inicial. Costa, ao propor a Praça dos Três Poderes, parece estar alinhado de modo menos literal aos vínculos entre modernidade e tradição.

Costa distingue no Plano Piloto a rodoviária como um local da intensa vida metropolitana, deixando a praça com conteúdo simbólico que nada devia à antiga tradição colonial. A supressão da igreja e a conformação de um espaço laico assentado sobre o platô artificial demarcam o rompimento com o esquema teórico da tradição enquanto lastro

³⁸ PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, Síntese cronológica: 1957, Rio de Janeiro, Serviço de documentação da Presidência da República, 1959, 145.

³⁹ COSTA, L. “Relatório do Plano Piloto de Brasília” in. *Módulo* n. 8, 1957, 38.

conceitual da arquitetura moderna brasileira em sua escala urbana. Tal disposição acabaria por ressignificar os palácios de Niemeyer, cujos croquis seguintes – como no caso do Planalto – estabelecem diálogo com a história do Ocidente, enquanto, em suas memórias, o arquiteto vá dizer que tais construções deveriam ter uma dimensão de distanciamento e sonho.⁴⁰

40 “Na concepção desses palácios, preocupou-me também a atmosfera que dariam à Praça dos Três Poderes. Não a pretendia fria e técnica, com a pureza clássica, dura, já esperada das linhas retas. Desejava vê-la, ao contrário, plena de formas, sonho e poesia.” NIEMEYER, Oscar. Minha experiência em Brasília. Rio de Janeiro: Avenir Editora, 1980 (1961).

Desde o princípio dos anos 1950, Costa sinalizava suas reservas com a associação automática entre arquitetura moderna e tradição. Escrevendo para a revista *L’Architecture D’Aujourd’hui*, demonstra acreditar que a arquitetura moderna brasileira já poderia se emancipar de uma explicação meramente localista:

*“A arquitetura brasileira atual se destaca do conjunto da construção contemporânea e se apresenta ao olhar estrangeiro como uma manifestação de caráter local, não somente porque renova alguns recursos próprios à tradição do país, mas fundamentalmente porque é a própria personalidade nacional que se exprime por meio das individualidades do gênio artístico ‘nativo’, utilizando-se dos materiais, das técnicas e do vocabulário plástico de nosso tempo.”*⁴¹

41 COSTA, L. “Architecture, art plastique – imprévu et importance de la contribution des architectes brésiliens au développement actuel de l’architecture contemporaine”. In. *L’Architecture d’Aujourd’hui* n.42-43, 1952, p.3.

Ao falar com Kubitschek, pode-se imaginar que Costa tenha dito que o objetivo não era rivalizar com o Rio, São Paulo ou qualquer outra cidade local, nem mesmo a ideia era se apresentar de modo previsível ao olhar estrangeiro com formas tradicionais. Tratava-se de criar uma cidade desprendida de um passado que serviu nos anos 1930 e 1940 de muita inspiração – a tipologia da casa rural, o casario urbano mineiro –, mas que remetia a uma estruturação urbana precária. Decorre que a Praça dos Três Poderes, como núcleo da nova capital do país, imaginada e reimaginada por tantas mãos, termina por escapar de mitologias religiosas e estabelece termos do equilíbrio entre poderes políticos e arquitetura moderna, que pautariam os anos seguintes no país.

Considerações finais

O Centro Cívico da capital, edificada como Praça dos Três Poderes, é resultado de uma imbricada trama de decisões que envolviam não apenas expectativas ideológicas atribuídas ao desenvolvimentismo de Juscelino Kubitschek, mas também, argumentos em torno do caráter urbano da nova capital, da qualidade de seus edifícios como monumentos de uma nova democracia e do delicado fio político que equilibrava discussões entre órgãos técnicos e instâncias da opinião pública nos conturbados anos pós-1954.⁴²

42 A esse respeito, diz em perspectiva o poeta e crítico Haroldo de Campos que “com todas as críticas que se queira fazer, Brasília é a consciência de que o Brasil possuía um horizonte prospectivo, é uma espécie de utopia programada com um conteúdo concreto, isto é, a realização de uma integração mais alargada do Brasil”, CAMPOS, Haroldo de. “Concretamente”. *Expresso*, Lisboa, 10 de junho de 1995.

A máquina cultural de Kubitschek e Niemeyer foi levada ao extremo no esforço de alinhar o acervo técnico de planejamento da nova capital em favor de uma Brasília como cidade moderna, à custa do desgaste do marechal José Pessoa.

Na década de 1950, os arquitetos cariocas não se apresentam de forma monolítica na relação entre desenvolvimento e tradição. Reidy, Burle-Marx, Roberto e o próprio Niemeyer, em obras como no Museu de Caracas, Casa das Canoas e pavilhões para o IV Centenário, demonstravam menor interesse em menções ao passado. Porém, na primeira hipótese de Praça Cívica em Brasília, preferiu-se fazer direta correlação com o passado colonial.

A cidade seria uma apoteose daquela imagem de refundação e conciliação – marca da política de Kubitschek e tão bem expressa na arquitetura de Oscar Niemeyer para as pequenas cidades (Ouro Preto, o bairro da Pampulha, Cataguases, Diamantina) e, em um escopo mais geral, no discurso teórico formulado no SPHAN.

A sua extemporaneidade veio à luz com a proposta da Praça dos Três Poderes presente no projeto vencedor de Lucio Costa. Trata-se de um contraponto a esse primeiro desenho que forçou o debate acerca de como seria um espaço cívico. Os croquis do *Guerra e Paz* mostram que existiu, por parte de Kubitschek e Niemeyer, o intento de uma conciliação, com a igreja de escala maior e na periferia da Praça, até a mudança de direção motivada, possivelmente, pelas conversas de abril de 1957 e que definiram a praça apenas com palácios cívicos. Costa, por outro lado, não poderia amparar a simbologia do nascimento de uma nação moderna em valores de uma sociedade cujos casarios poderiam ser admiráveis, mas que, ainda assim, era portadora de contradições profundas, as quais agora deveriam ser superadas.

Em um ambiente conturbado que, invariavelmente, resultaria no golpe e na supressão de direitos democráticos, Costa deu para Kubitschek e Niemeyer uma saída teórica que permitiria fundar a cidade e o país sem recorrer a artifícios colonialistas. A Praça dos Três Poderes dá uma dimensão a Brasília que talvez explique sua sobrevivência nos anos vindouros como capital federal. Se, em 1956, existia hesitação em ir para o novo espaço, o apelo a símbolos universais foi reconhecido até por aqueles que os transgrediram. A manutenção da capital no Cerrado, mesmo após o golpe militar e a ditadura, embora seja explicada usualmente pela desmobilização que Brasília permitia, oriunda da distância dos grandes centros urbanos, é também algo que tem uma espessura simbólica: tomar a Praça dos Três Poderes não é se apossar de qualquer arraial. As imagens dos tanques ocupando a praça (figura 10) como corpos estranhos semelhantes à catedral rabiscada por Niemeyer no volume de Tolstói, revelam a resiliência das metáforas.

Figura 10: Tanque na ocupação de Brasília durante a ditadura.
Fonte: Wikimedia Commons



Em um país de intensas reviravoltas políticas, a praça equilibra-se como centro gravitacional para o qual converge todo o espectro político. Era o ponto de chegada ideal para as idas e vindas que marcaram seu processo político de planejamento e desenho, passando por tantas mãos distintas: uma praça de todo o país, que fosse democrática, mesmo que, eventualmente, apenas como um desenho no horizonte do Cerrado.

Referências bibliográficas

- BAHIA, D.M. A arquitetura política e cultural do tempo histórico na modernização de Belo Horizonte (1940-1945). *Tese de doutorado*. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2011.
- BENOIT, A. Tradição e antitradução em Lucio Costa. *Tese de doutorado*. São Paulo: FAUUSP, 2020.
- BENOIT, A. FRAJNDLICH, R.U. "A extinta pureza: a Igreja da Pampulha e as capelas de Ouro Preto (Minas Gerais), in. *Oculum ensaios*, n.16, v. 2, 2019, pp.291-310.
- BRAGA, Milton. O concurso de Brasília: os sete projetos premiados. *Dissertação de mestrado*. São Paulo: FAUUSP, 1999.
- CAMPOS, Haroldo de. "Concretamente" in. *Expresso*, 10 de junho de 1995.
- CASTIGLIONE, L.H. "Brasília, codinome Vera Cruz: a comissão engenheira que fundou as bases da construção da nova capital", in. SENRA, N. *Veredas de Brasília. As expedições geográficas em busca de um sonho*. Brasília: IBGE, 2010, p.99.
- COMISSÃO DE COOPERAÇÃO PARA MUDANÇA DA CAPITAL FEDERAL. *Relatório anual da comissão de localização da Nova Capital Federal*. Brasília, 1955. Disponível em: <<https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/3123>>.
- COSTA, L. "Relatório do Plano Piloto de Brasília" in. Módulo n. 8, 1957, pp.33-48.
- COSTA, L. "Architecture, art plastique – imprévu et importance de la contribution des architectes brésiliens au développement actuel de l'architecture contemporaine". In. *L'Architecture d'Aujourd'hui* n.42-43, 1952, p. 3.
- ESPIG REGIANI, L. Diamantina e o percurso da arquitetura moderna: Lucio Costa, Juscelino Kubitschek - e Oscar Niemeyer. *Dissertação de mestrado*. Campinas: Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, 2019.
- KATINSKY, Júlio R. *Leituras de arquitetura, viagens, projetos. 1989*. Tese de Livre Docência. São Paulo: FAUUSP, 1989.
- MARTINS, L.P. FRAJNDLICH, R.U. "Urbs e civitas: Lucio Costa e a democracia no projeto de Brasília" in. *Cadernos Proarq* n.27, pp.31-49.
- NIEMEYER, Oscar. *Minha experiência em Brasília*. Rio de Janeiro: Avenir Editora, 1980 [1961].
- NORONHA, I. "Brasília: panorama jurídico-histórico. Em torno da legislação fundadora de Brasília" in. *Brasília*, a.47, n.188, 2010, pp. 153-166.
- "O IAB e a nova capital" in. *Acrópole*, n.26, 1956, sp.
- "Oscar Niemeyer fala sobre a nova capital do Brasil. Entrevista com José Guilherme Mendes" in. *Módulo*, n.3, 1956, p.12.
- PAPADAKI, S. *Oscar Niemeyer: Work in Progress*. Nova York: Reinhold, 1956.
- PEDROSA, Mário. *Mário Pedrosa: arquitetura, ensaios críticos*. São Paulo: Cosac Naify, 2015.
- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, Síntese cronológica: 1957, Rio de Janeiro, Serviço de documentação da Presidência da República, 1959.

SAIA, Luís. Morada paulista. São Paulo: Perspectiva, 1972.

SCHLEE, A.R. FISCHER, S. "Vera Cruz, futura capital do Brasil, 1955" in. *IX Seminário de história da cidade e do urbanismo*. São Paulo: Setembro de 2006.

SILVA, E.G. Os palácios originais de Brasília. *Tese de doutorado*. Brasília: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, 2012.

SIMÕES, J.G. *Sirênico Canto. Juscelino Kubitschek e a construção de uma imagem*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000

TAVARES, J. Projetos para Brasília e a cultura urbanística nacional. Dissertação de mestrado. São Carlos: Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, 2004.

Artigos de jornais

"Mudança da capital" in. *A noite*, 9 de maio de 1955, p.3.

"Chamar-se-ia Vera Cruz a nova capital do Brasil" in. *A noite*, 12 de maio de 1955, p.6.

"Definitiva a chapa Juscelino – Jango" in. *A noite*, 20 de maio de 1956, p.7.

"Le Corbusier no Brasil?" in. *Correio da Manhã*. 27 de agosto de 1956, p.12.

"Nova capital: metrópole sem par no mundo" in. *A noite*, 05 de outubro de 1955, p. 2.

"Nova capital: metrópole sem par no mundo" in. *A noite*, 5 de outubro de 1955, p.2.

"Despachará o sr. Juscelino Kubitschek na nova capital" in. *A noite*, 9 de dezembro de 1955, p. 3.

"Urgência para a nova capital. Mantido na chefia do planejamento o marechal José Pessoa" in. *A Noite*, 6 de fevereiro de 1956, p.5.

"A nova capital não terá grandes indústrias" in. *A Noite*, 17 de abril de 1956, p. 2.

"A nova capital" in. *A Noite*, 12 de maio de 1956, p. 3.

"Os Projetos da Nova Capital" in. *A Noite*, 12 de maio de 1956, seg. cad. p.2.

"Funcionários querem ir para o planalto goiano" in. *O semanário* ano 1, n.6, p.4.

"Dirige-se o Instituto de Arquitetos ao sr. Kubitschek" in. *Correio da Manhã*, 9 de junho de 1956 sp.

"Em vez de pousar em Aragarças, o avião presidencial desceu em Goiânia" in. *Correio da Manhã*, 04 de janeiro de 1957, p. 1.

Informações de arquivos

Correspondência de Le Corbusier para o Marechal José Pessoa, 24 de junho de 1955. *CPDOC FGV*, JP vp 1954.10.01 Rolo 2, fot. 417.

Correspondência de Oscar Niemeyer ao Marechal José Pessoa, *circa* janeiro de 1956. *CPDOC FGV*, JP vp 1954.10.01 Rolo 4, fot. 26.

Correspondência do Marechal José Pessoa a Oscar Niemeyer", 26 de janeiro de 1956. *CPDOC FGV*, JP vp 1954.10.01 Rolo 4, fot. 27-9.

Correspondência do Marechal José Pessoa ao General Nelson de Mello, fevereiro de 1956. *CPDOC FGV*, JP vp 1954.10.01 Rolo 5, p.6.

Correspondência do Marechal José Pessoa ao Presidente Juscelino Kubitschek. 21 de maio de 1956. *CPDOC FGV*, JP vp 1954.10.01.

“Relação do critério de pontos para distribuição das residências” in. *Arquivo Público do Distrito Federal*, BRARPDF Nov. 5. D1, caixa 05/12, p. 9.

“Contrato de execução de obras por administração entre a Companhia Urbanizadora da Nova capital do Brasil – NOVACAP – e a construtora Rabello S.A., firmado em 20 de dezembro de 1956, para a construção de uma estação provisória do aeroporto, da capela e outros”. In. *Arquivo Público do Distrito Federal*, BRARPDF Nov. B9, caixa 233, dossiê 01.

Agradecimentos

Esse artigo foi escrito a partir de projeto de pesquisa apoiado pela Fapesp (2016/13340-2) e Faepex Unicamp (519.292), intitulado “Horizontes políticos e arquitetônicos: Kubitschek e Niemeyer 1940-1961”.

Agradecemos aos pesquisadores associados Prof^a. Dra. Monica Junqueira de Camargo e Prof. Dr. Mário Henrique D’Agostino; aos colegas Prof. Dr. Fernando Atique, Prof. Dr. Eduardo Pierrotti Rossetti e Prof. Dr. Daniele Pisani pela leitura e comentários precisos. A pesquisa também utilizou-se dos estudos sistemáticos dos desenhos de Niemeyer feitos pelo aluno Mateus Rocha em sua iniciação científica. “Os desenhos do Congresso Nacional e sua relação com a superfície.” Agradecemos à Fundação Oscar Niemeyer pela autorização na publicação de materiais de seu arquivo e seus membros Prof. Dr. José Pessoa, Prof. Ciro Pirondi e Carlos Eduardo Niemeyer. Tratamento das páginas do livro *La Guerre et la paix* foram feitas por João Carlos Yamamoto. Revisão ortográfica de Ali Mohamad Onissi. Versão em inglês de Irene Sinnecker.

Recebido [Fev. 02, 2021]

Aprovado [Mai. 05, 2021]